



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
09ª Vara Cível (antiga 18ª Vara)

ATA 3076**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS – 27/06/2025**

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 15h, por meio de reunião virtual realizada na plataforma Teams, foi realizada a 2ª sessão ordinária do Grupo de Pesquisas Judiciárias do TRF6, sob a coordenação do Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Regivano Fiorindo.

Participaram da reunião os seguintes membros e colaboradores: Juiz Federal Rodrigo Rigamonte Fonseca, Juiz Federal Fernando Cezar Carrusca Vieira, Juiz Federal Pedro Henrique Magalhães Lima, servidor Ricardo Luiz Corrêa e servidor Orlando Amaral Pinto. Registrou-se que o servidor Richard se encontra em gozo de férias e que o Juiz Federal Pedro Henrique Carvalho Lima havia sido convidado, mas não pôde participar em razão de reunião concomitante.

Iniciando os trabalhos, o Dr. Regivano retomou pendências da reunião anterior, com destaque para a necessidade de aprofundamento da análise sobre o tratamento conferido pelas unidades judiciárias aos processos identificados nas pesquisas relativas ao programa Desjudicializa-Prev e à aplicação da Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça, que trata das execuções fiscais de baixo valor. O servidor Ricardo Luiz Corrêa reiterou as dificuldades enfrentadas para o mapeamento exato de tais processos, especialmente quanto à identificação dos que foram efetivamente julgados, em virtude de limitações técnicas no acesso e cruzamento de dados.

Durante o debate, o servidor Orlando Amaral Pinto destacou que os trabalhos do grupo se dão exclusivamente com base na base cadastral processual, sem acesso direto aos autos, o que reforça a necessidade de que os dados de cadastro sejam corretamente lançados desde o início. Frisou ainda que a responsabilidade pelo correto preenchimento é interna às unidades judiciárias e que erros no cadastro, embora muitas vezes originados pelos advogados no peticionamento eletrônico, devem ser corrigidos pelas equipes das varas no momento do recebimento. mencionou que, no sistema atual, a retificação de informações cadastrais é bastante simplificada, dispensando carimbos ou despachos judiciais, como ocorria na era do processo físico. O Juiz Federal Pedro Henrique Magalhães Lima pontuou que estão em andamento estudos baseados em inteligência artificial (IA), que poderão futuramente permitir a correção automática de eventuais erros cadastrais.

Encerrada essa etapa, o coordenador Regivano Fiorindo deliberou, com a anuência dos demais, que seja iniciado o levantamento dos processos identificados nas pesquisas do Desjudicializa-Prev e da Resolução nº 547/2024 que ainda se encontram pendentes de julgamento.

Ato contínuo, foi reforçado que as reuniões do Grupo de Pesquisas Judiciárias são de periodicidade trimestral, de modo que a próxima sessão será agendada para a segunda quinzena de setembro de 2025.

O coordenador também informou que a Presidência do Tribunal enviará, futuramente, formulário eletrônico para registro das atividades do grupo, mas que, por ora, o grupo deverá apenas indicar que divulgará os resultados por meio de relatório escrito. Ficou acordado que o referido relatório será elaborado por Orlando Amaral Pinto e Ricardo Luiz Corrêa, e submetido previamente ao coordenador para revisão.

Por fim, foi consensuado que, dada a natureza eminentemente técnica e estatística do Grupo de Pesquisas Judiciárias, não se fará necessária a realização de palestras ou eventos públicos para divulgação dos resultados, o que se dará por meio de documentação escrita.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15h45, com agradecimentos mútuos entre os participantes.

Regivano Fiorindo
Juiz Federal

Coordenador do Grupo de Pesquisas Judiciárias da Justiça Federal da 6ª Região



Documento assinado eletronicamente por **Regivano Fiorindo, Juiz Federal**, em 30/06/2025, às 14:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1290043** e o código CRC **5AE0F1D9**.